

16. Patrimônio líquido

	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social		
Capital Subscrito	149.599.063	149.599.063
Capital a Integralizar	(387.498)	(387.498)
	149.211.565	149.211.565
Reservas de Capital		
Reserva Capital Parcela Redução Lucro Exploração	4.100.465	-
	4.100.465	-
Resultados Acumulados		
Prejuízos Acumulados	(112.939.864)	(110.095.986)
	(112.939.864)	(110.095.986)
TOTAL	40.372.166	39.115.579

	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social		
Capital Subscrito	149.599.063	149.599.063
Capital a Integralizar	(387.498)	(387.498)
	149.211.565	149.211.565
Reservas de Capital		
Reserva Capital Parcela Redução Lucro Exploração	4.100.465	-
	4.100.465	-
Resultados Acumulados		
Prejuízos Acumulados	(112.939.864)	(110.095.986)
	(112.939.864)	(110.095.986)
TOTAL	40.372.166	39.115.579

A empresa constitui reserva de capital referente a parcela de redução do imposto de renda pessoa jurídica, pelo compromisso firmado na concessão do benefício do lucro da exploração, de não distribuir dividendos correspondentes a esta redução, que deverá ser totalmente reinvestida no projeto produtivo da Serabi Mineração S.A.

17. Receitas líquida de vendas

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas Operacionais		
Receita Ouro	108.071.802	43.755.338
Receita Cobre	8.682.456	4.462.950
Receita Prata	752.276	197.284
	117.506.534	48.415.572
Deduções da Receita		
Custos de Tratamento e Remessa	(9.757.245)	(4.411.834)
Descontos	(668.473)	(1)
	(10.425.718)	(4.411.835)
Tributação sobre Receita		
CFEM	(1.308.598)	(491.490)
Outros Impostos Incidentes	(32.552)	(1.545)
	(1.341.150)	(493.035)
TOTAL	105.739.666	43.510.702

As receitas apuradas referem-se à produção de concentrados de minérios ouro, prata e cobre, e ouro em barra refinados (Bullion), a principal destinação das vendas é o mercado externo, respectivamente para Alemanha e Inglaterra. A principal tributação, a CFEM Compensação Financeira de recursos Minerais, tem aplicação das seguintes alíquotas: Ouro 1%, Prata 0,2% e Cobre 2%.

18. Custo dos produtos vendidos

	31/12/2015	31/12/2014
Custos de Concentrados Ouro, Cobre e Prata	(30.558.849)	(18.058.717)
Custos de Ouro e prata Refinados	(26.633.010)	(1.375.426)
	(57.191.859)	(19.434.143)

Computam-se aos custos das mercadorias vendidas, os custos diretos e indiretos apurados nos setores produtivos da Mina Subterrânea e Planta de beneficiamento, abrangendo a extração, movimentação, britagem, moagem e processamento do minério com teores de ouro, cobre e prata contidos.

19. Despesas administrativas e gerais

	31/12/2015	31/12/2014
Gastos com mão de obra	(2.396.962)	(7.939.957)
Contratos serviços, alugueis	(1.606.882)	(4.148.158)
Gastos com materiais	(81.406)	(3.152.762)
Comunicações e Energia Elétrica	(4.664.884)	(1.732.982)
Hospedagens e viagens	(889.225)	(1.920.554)
Despesas Administrativas	(221.032)	(427.342)
Gastos com geologia	(131.366)	(190.646)
Depreciação e amortização	(14.313.401)	(6.287.544)
Baixa de pesquisas geográficas	(1.872.571)	-
Outros	(657.147)	(171.861)
	(26.834.876)	(25.971.806)

20. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas Financeiras		
Juros ativos	32.397	-
Descontos obtidos	66.021	7.724
Varição cambial ativa	17.593.682	5.643.774
	17.692.100	5.651.498

Despesas Financeiras

Multas e Juros por atraso	(388.342)	(209.841)
Despesas e tarifas bancárias	(67.231)	(47.359)
IOF	(2.187)	(67.006)
Varição Cambial passiva	(35.600.323)	(11.835.486)
	(36.058.083)	(12.159.692)
TOTAL	(18.365.983)	(6.508.194)

21. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre Lucro

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro Líquido Antes IR e CSLL	3.006.507	-
APURAÇÃO CSLL		
ADIÇÕES DA BASE DE CÁLCULO	36.220.613	-
EXCLUSÕES DA BASE DE CÁLCULO	(14.544.831)	-
LUCRO REAL ANTES DA COMPENSAÇÃO	24.682.289	-
(-) Compensação Prejuízo Fiscal	(7.404.687)	-
BASE DE CÁLCULO - CSLL	17.277.602	-
CSLL 9%:	1.554.984	-
(-) CSLL Paga por estimativa	(1.258.140)	-
CSLL a Pagar/(A COMPENSAR)	296.844	-
APURAÇÃO IRPJ		
LUCRO LÍQUIDO APÓS A CSLL e ANTES DO IRPJ	26.237.273	-
(+) CSLL DEVIDA	1.554.984	-
LUCRO REAL ANTES DA COMPENSAÇÃO	24.682.289	-
(-) Compensação Prejuízo Fiscal	(7.404.687)	-
BASE DE CÁLCULO - IRPJ	17.277.602	-
IRPJ - 15%	2.591.640	-
Adicional - 10%	1.703.760	-
IRPJ Devido	4.295.401	-
(-) Redução 75% - SUDAM - Lucro Exploração	(4.100.465)	-
(-) IRPJ Pago por estimativa	-	-
IRPJ a Pagar/(A COMPENSAR)	194.936	-

A empresa apurou IRPJ e CSLL, e utilizou-se do benefício lucro da exploração, obtendo redução no imposto de renda 75% dos valores apurados nesta sistemática.

22. Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014, e a Administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Instrumentos financeiros não derivativos

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos Financeiros		
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado menos provisão para redução ao valor recuperável		
Caixa e equivalentes de caixa	1.557.793	1.059.630
	1.557.793	1.059.630

Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	7.761.326	4.639.527
Transações a pagar a partes relacionadas	82.100.968	51.628.956
	89.862.294	56.268.483

Gerenciamento de riscos - As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos descritos a seguir:

Risco de crédito - A política de vendas da Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visa minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A provisão para redução ao valor de realização de créditos de clientes (quando aplicável) é realizada por meio da análise individual, considerando como base inicial o critério fiscal. Aplicado o critério fiscal, é extraída uma base de dados com os clientes pendentes de recebimento, sendo esta levada à análise do departamento de cobrança. Somente os clientes com baixa probabilidade de recebimento são provisionados e destes, somente os títulos que atendem aos quesitos fiscais para aproveitamento destas despesas são deduzidos da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Risco de liquidez - A Administração da Companhia gerencia os riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações associadas a passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, sempre que possível, o planejamento para atender a estas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco.

Risco de mercado - Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços dos produtos e serviços ofertados pela Companhia, assim como em taxas de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da Companhia aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios.

Riscos operacionais - Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Companhia, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação da Sociedade, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Alta Administração da Companhia, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

23. Seguros - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que a Administração considera suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Aos Administradores e Acionistas da **Serabi Mineração S.A.** Itaituba - PA.

Examinamos as demonstrações contábeis da **Serabi Mineração S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

- Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo imobilizado, a Companhia é requerida a proceder a revisão do valor residual de seus ativos e a revisão da vida útil estimada dos mesmos para fins de cálculo da taxa de depreciação a partir de 01 de janeiro de 2010, os quais não foram adotados pela Companhia. Dessa forma, não nos foi possível concluir quanto aos possíveis ajustes e itens de divulgação, se houver, nas demonstrações contábeis apresentadas.

Opinião com ressalvas - Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Serabi Mineração S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Belo Horizonte, 18 de março de 2016.

DIRETORIA: Ulisses Marcelo de Melo - Diretor Presidente
CONTADOR: Paulo Antônio Pereira - CRC - MG 093927

Protocolo 962060